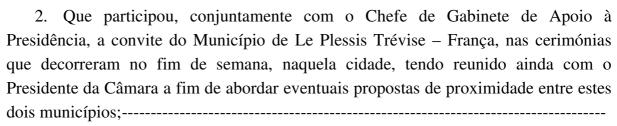


ATA N.º 2 (REUNIÃO PRIVADA)

Aos quinze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito, na Cidade de
Ourém, no edifício sede deste Município e na Sala de Reuniões, à hora designada,
reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, estando presentes, além do
Excelentíssimo Presidente, Senhor LUÍS MIGUEL MARQUES GROSSINHO
COUTINHO ALBUQUERQUE, os Senhores Vereadores: CÍLIA MARIA DE JESUS
SEIXO, NATÁLIO DE OLIVEIRA REIS, JOSÉ AUGUSTO DIAS DOS REIS, MARIA
ISABEL TAVARES CARDOSO JUSTA DE SOUSA COSTA e RUI MANUEL
SIMÕES VITAL, comigo Clarisse Isabel Pereira Neves, Chefe da Divisão de
Atendimento ao Munícipe
OOXXXOO
000
ABERTURA DA REUNIÃO
O SENHOR PRESIDENTE DECLAROU ABERTA A REUNIÃO E
FORAM SEGUIDAMENTE TRATADOS OS ASSUNTOS CONSTANTES DA ORDEM
DO DIA (ANEXO I), ELABORADA NOS TERMOS DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º
75/2013, DE 12 DE SETEMBRO
OOXXXOO
000
FALTAS DE MEMBROS DA CÂMARA
O Senhor Presidente informou os presentes de que, ao abrigo da Delegação de
Competências efetuada na reunião de 30 de outubro de 2017, considerou justificada a
falta do Senhor Vereador JOÃO MIGUEL CALDEIRA HEITOR, por motivos de
ordem pessoal
A CÂMARA FICOU INTEIRADA
OOXXXOO
000
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA
Nos termos do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Senhor
Presidente tomou a palavra, para dar conta do seguinte:
1. Que foi nomeada a nova Diretora Executiva da Insignare – Associação de
Ensino e Formação, Dr.ª Carina João Oliveira;



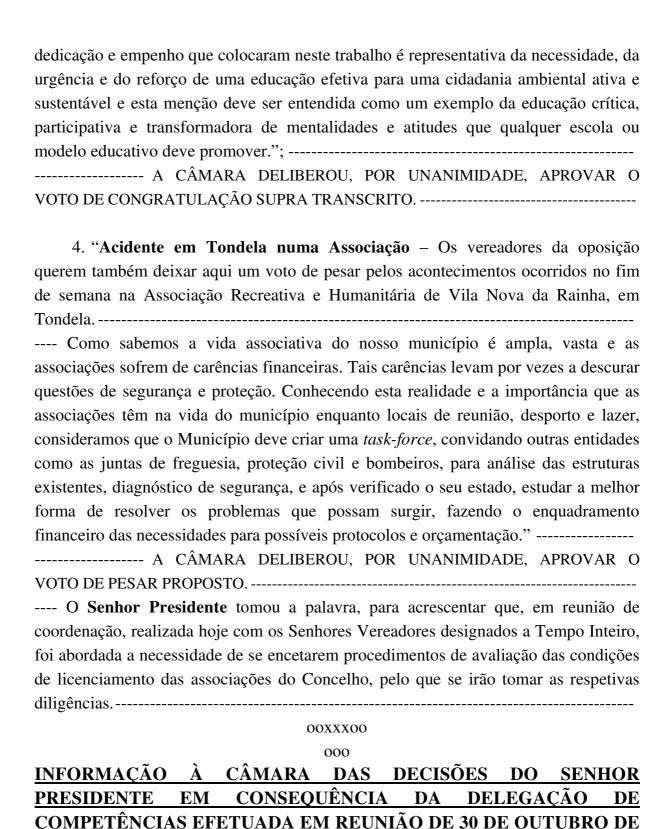


- 4. Que se realizou, no dia 09 de janeiro em curso, uma reunião que contou com a presença dos Senhores Comandantes da GNR Guarda Nacional Republicana, de Tomar, de Ourém e de Fátima, com o objetivo de estabelecer a coordenação de procedimentos e bem assim efetuar um balanço relativo ao ano 2017; ------
- 5. Que decorreu, no dia 11 do corrente mês, com o Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS) e Presidentes de Câmara do Médio Tejo, uma reunião onde foram abordados essencialmente assuntos relacionados com os incêndios florestais e avaliação da possibilidade de instalar câmaras de vigilância no Concelho; -
- 6. Que se realizou na passada sexta feira, um jantar com vista à preparação da Via Sacra 2018, com todos os elementos que habitualmente participam nesse evento. -
- ---- Seguidamente o **Senhor Presidente** deu a palavra aos Senhores Vereadores para tratamento de assuntos gerais para a autarquia. -----
- ---- Tomou a palavra a **Senhora Vereadora Cília Maria de Jesus Seixo**, que apresentou as seguintes declarações, também subscritas pelo Senhor Vereador José Augusto Dias dos Reis: ------
- 1. "Nomeação do Diretor da Insignare Os vereadores do partido socialista gostariam de felicitar a nova diretora da Insignare, Carina João Oliveira, e desejar-lhe muito sucesso nas funções que vai desempenhar. Esta nomeação decorre, com certeza, do reconhecimento das suas capacidades políticas e curriculares. Gostaríamos, no entanto, de referir que a par das competências referidas, o conhecimento profundo do *modus operandi* da organização é um requisito fundamental para a manutenção dos padrões de qualidade a que esta instituição nos habituou. A *Insignare*, enquanto

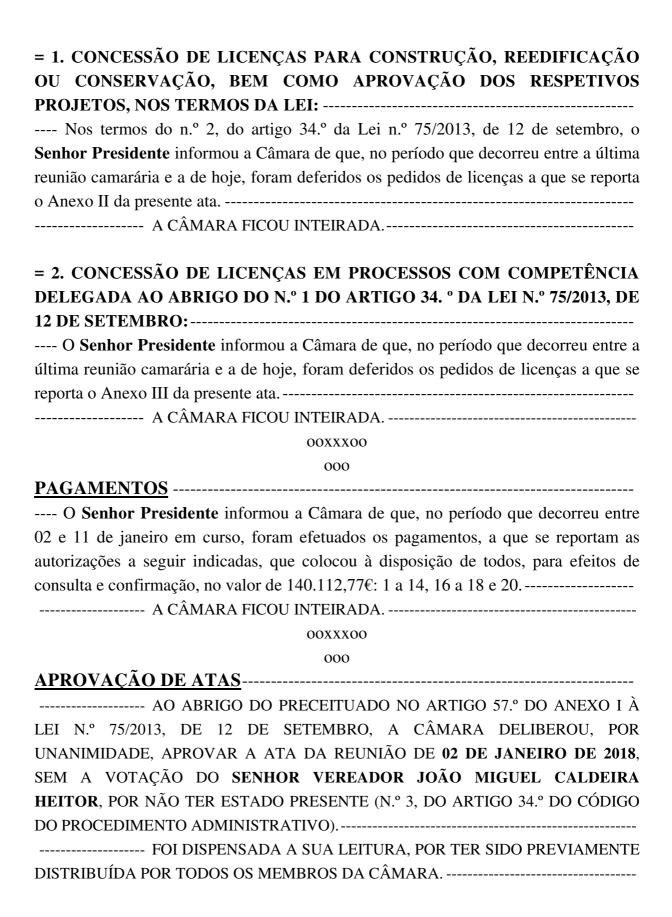


- 3. "Menção honrosa Escola EB 2,3 D. Afonso, IV Conde de Ourém Projeto AGIR No passado dia 12 de janeiro na conferência "Cidadania e o Futuro da Sustentabilidade" na Alfândega do Porto, o Green Project Awards em colaboração com a Câmara Municipal do Porto e a Lipor atribuíram, pela inovação dos seus projetos e pela promoção de boas práticas, um prémio e duas menções honrosas a escolas que promovam a gestão eficiente de recursos, a biodiversidade, o empreendedorismo, a economia verde, a inovação social, o voluntariado ou outras formas de cidadania e participação pública. A Escola EB 2,3 D. Afonso, IV Conde de Ourém foi uma das distinguidas com uma dessas menções honrosas para o Projeto Agir. Os vereadores da oposição congratulam-se com a atribuição desta menção e felicitam a escola, os professores e alunos envolvidos neste projeto. A importância,





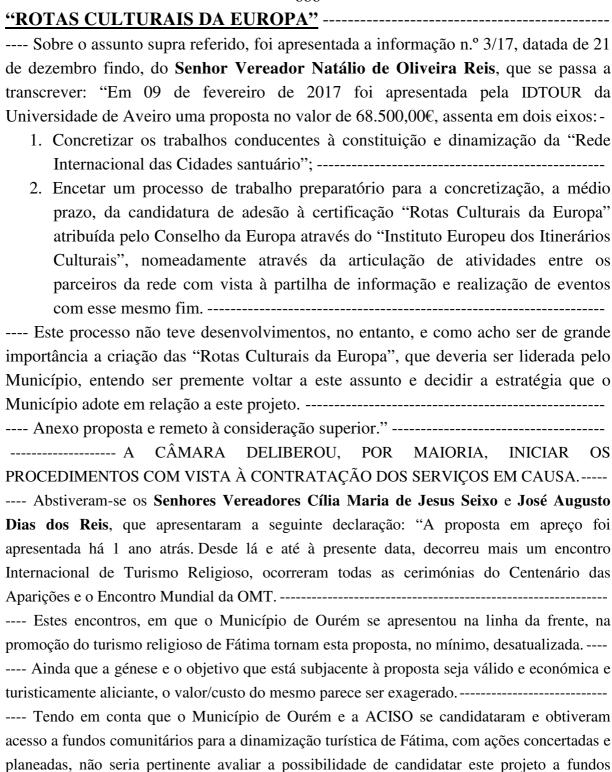






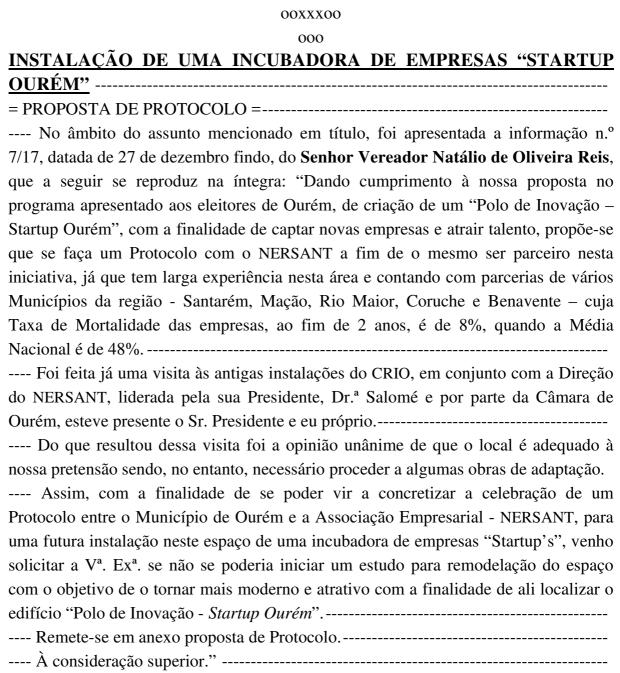
ooxxxoo

000

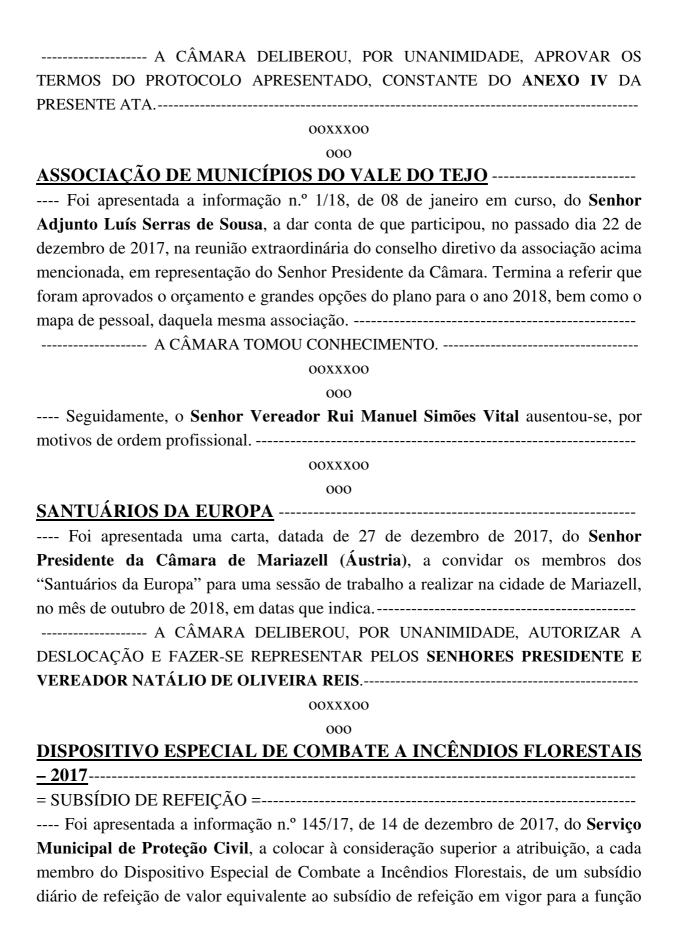


comunitários e, com o mesmo atualizado, desenvolvê-lo? -----











pública, bem como o pagamento dos retroativos referente à alteração, desde 01 de agosto de 2017, daquele subsídio, transferindo para as respetivas associações de bombeiros, as verbas que a seguir se especificam:------

Instituição	Custo (EUROS)
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caxarias	2.062,34
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fátima	1.513,90
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ourém	1.928,75
TOTAL	5.504,99

000

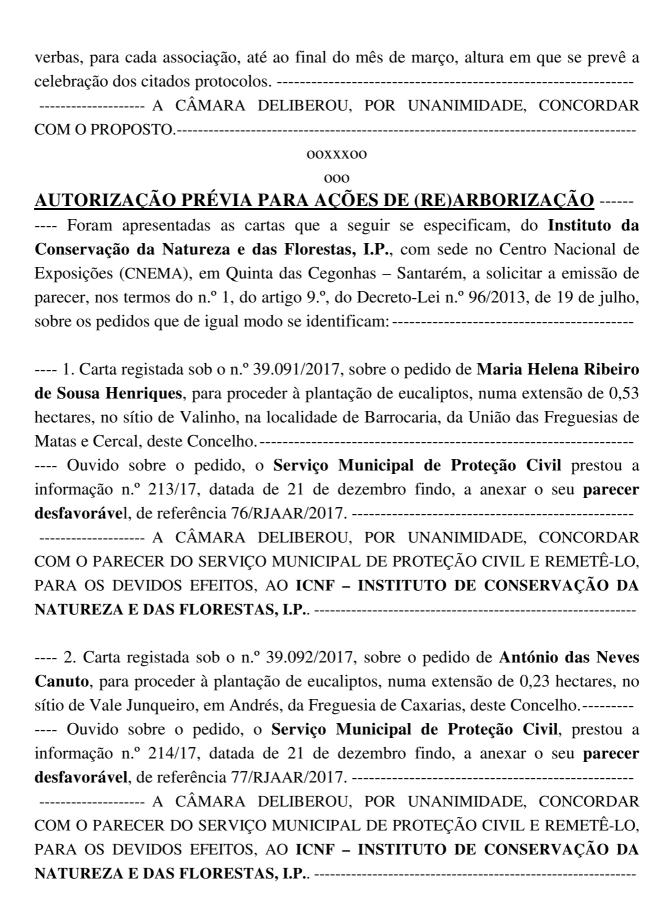
ooxxxoo

000

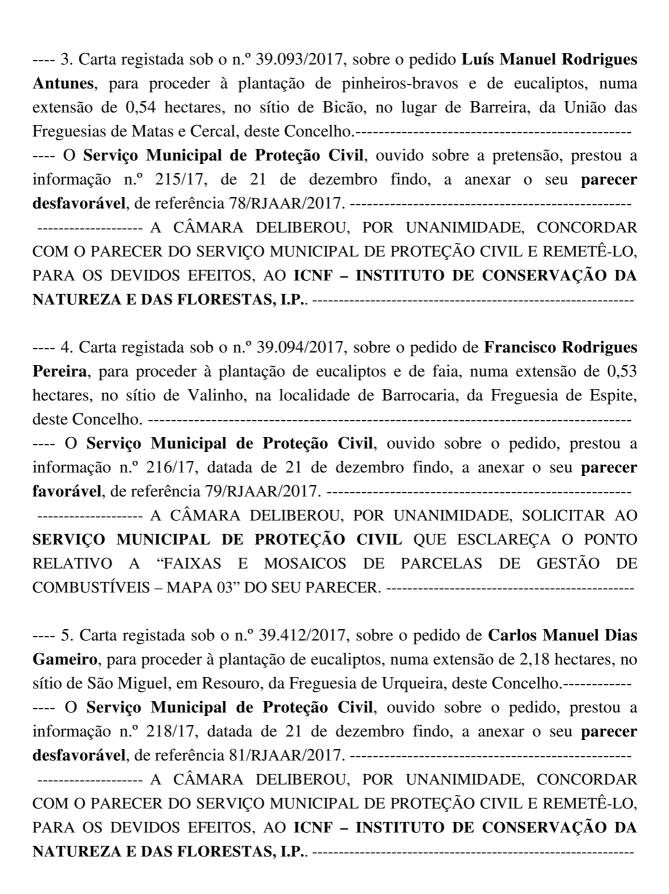
ASSOCIAÇÕES HUMANITÁRIAS DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO CONCELHO-----

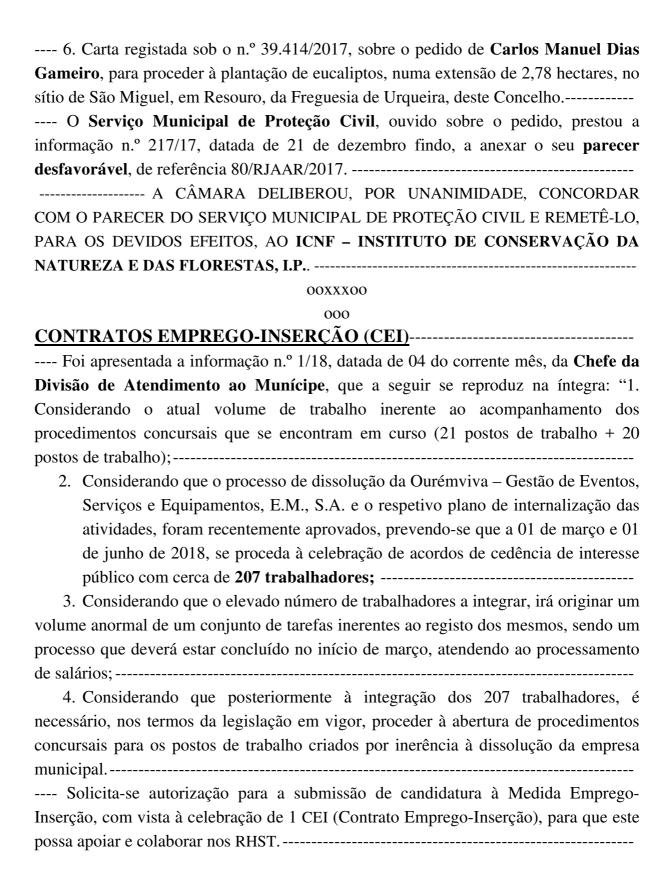
= PROPOSTA DE CONTINUIDADE DE APOIO FINANCEIRO = ------

---- Foi apreciada a informação n.º 5/18, de 03 de janeiro em curso, do **Serviço Municipal de Proteção Civil**, a dar conta de que se encontra a decorrer o processo de elaboração de novos protocolos a celebrar com as associações de bombeiros do Concelho e a propor, atendendo a que o prazo de vigência dos anteriores protocolos terminou a 31 de dezembro de 2017, a continuidade da transferência mensal das







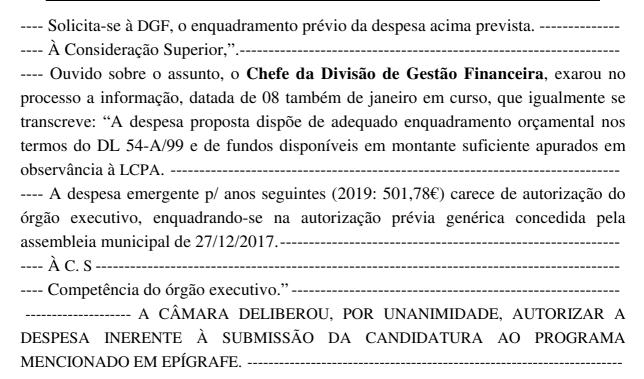




---- Para efeitos de enquadramento da despesa, prevê-se que o CEI inicie previsivelmente a 1 de março, com duração de 12 meses, com os seguintes encargos associados:-----

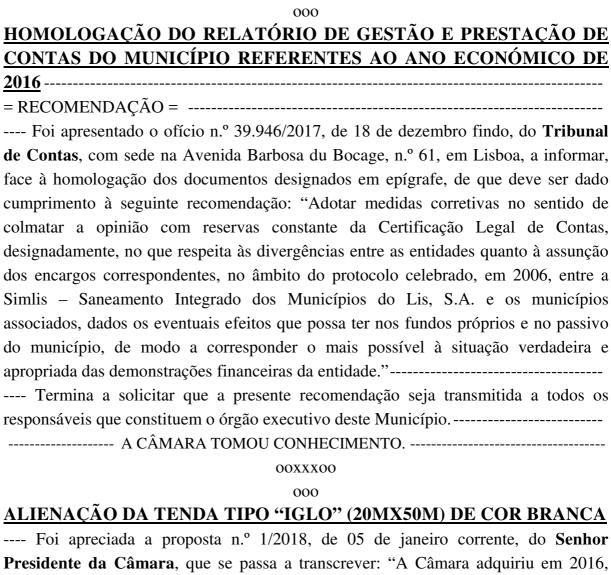
Inicio do CEI	01/03/2018
Fim do CEI	28/02/2019
N.º meses	12
N.º de CEl's	1
Área	Administrativo
Unidade Orgânica	DAM

	Encargo Mensal	N.º Beneficiários	Encargo Ano 2018	Encargo Ano 2019	Encargos Totais
Bolsa Complementar	84,26 €	1	842,64 €	168,53 €	1 011,17 €
Sub. Refeição	104,94 €	1	1 049,40 €	209,88 €	1 259,28 €
Sub. Transporte	60,00 €	1	600,00 €	120,00 €	720,00 €
Seguro (2%)	1,69 €	1	16,85 €	3,37 €	20,22 €
TOTAL	250,89 €		2 508,89 €	501,78 €	3 010,67 €

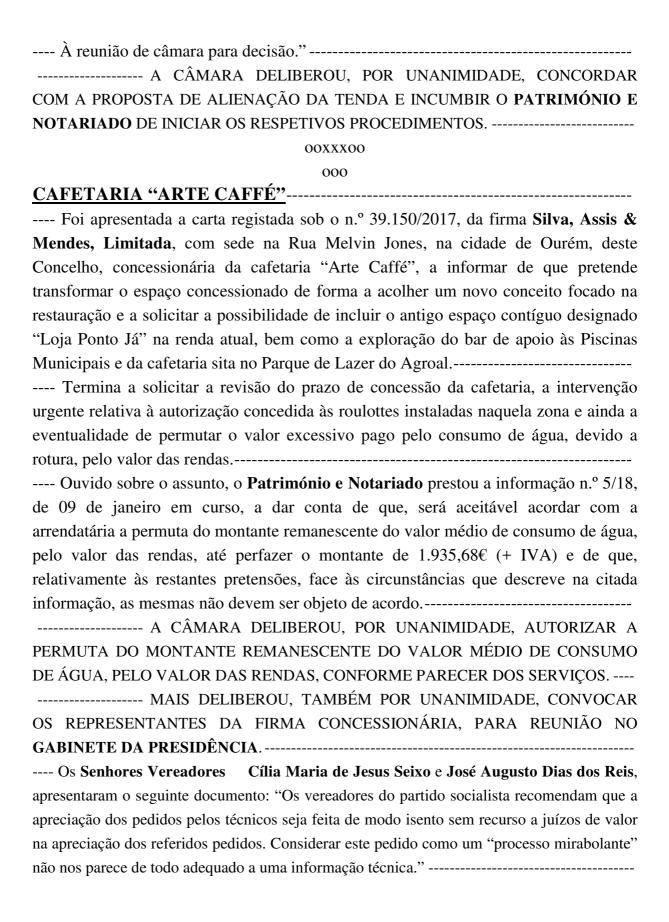




ooxxxoo

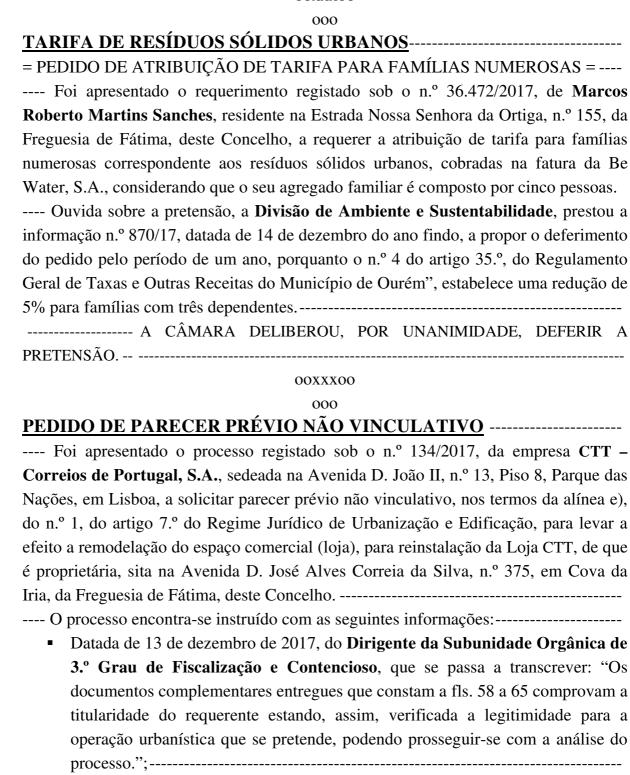




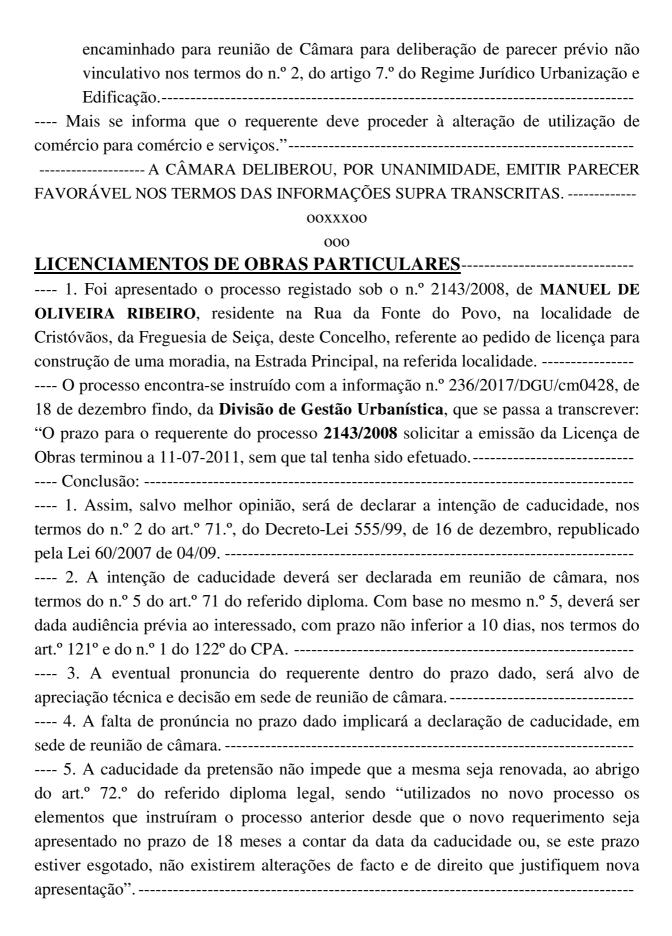




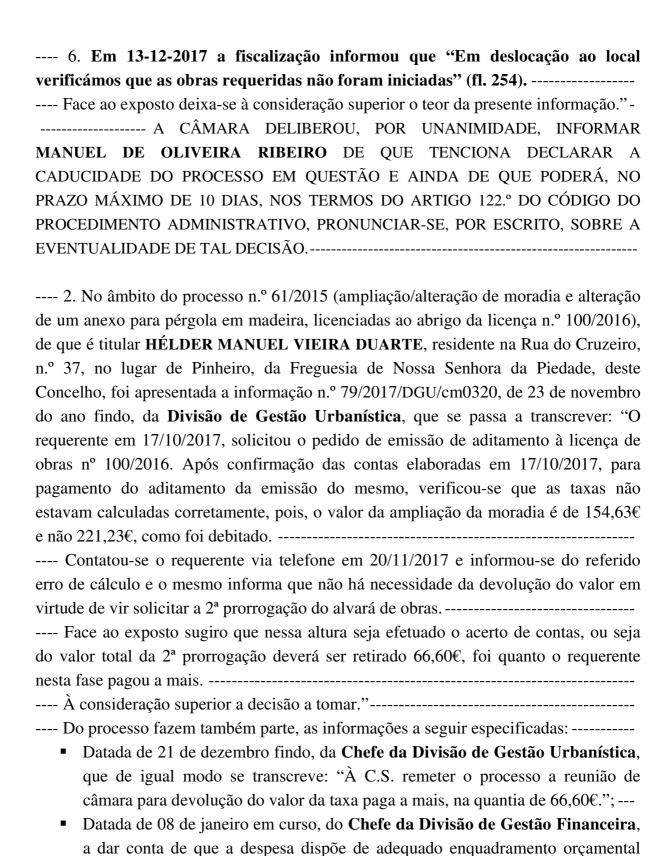
ooxxxoo



Número 55/2017/DGU/cm0579, de 20 também de dezembro de 2017, da **Chefe da Divisão de Gestão Urbanística**, que de igual modo se transcreve: "Face ao exposto não se vê inconveniente na pretensão, devendo o processo ser

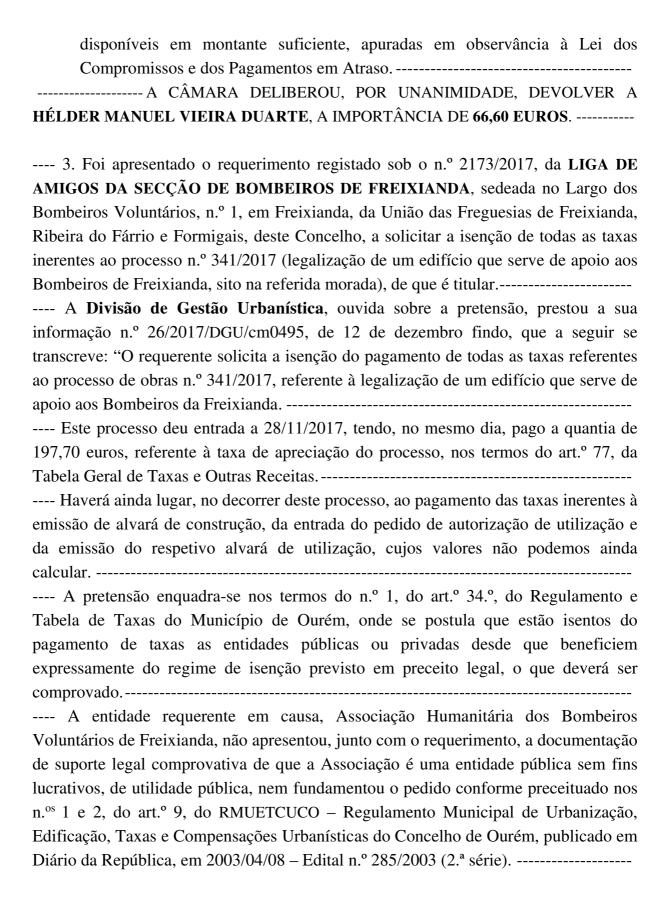




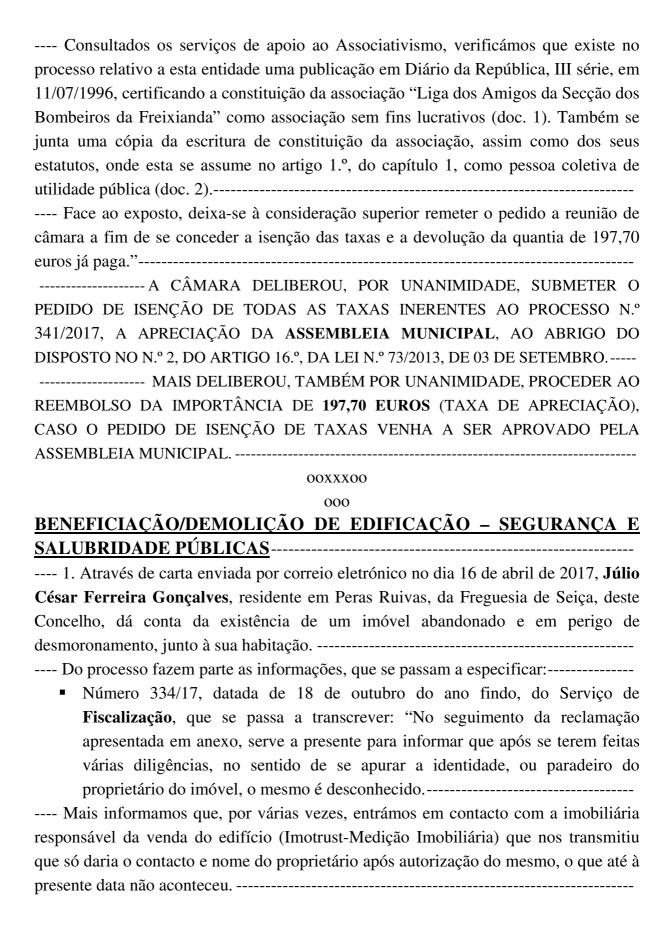


nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e de fundos

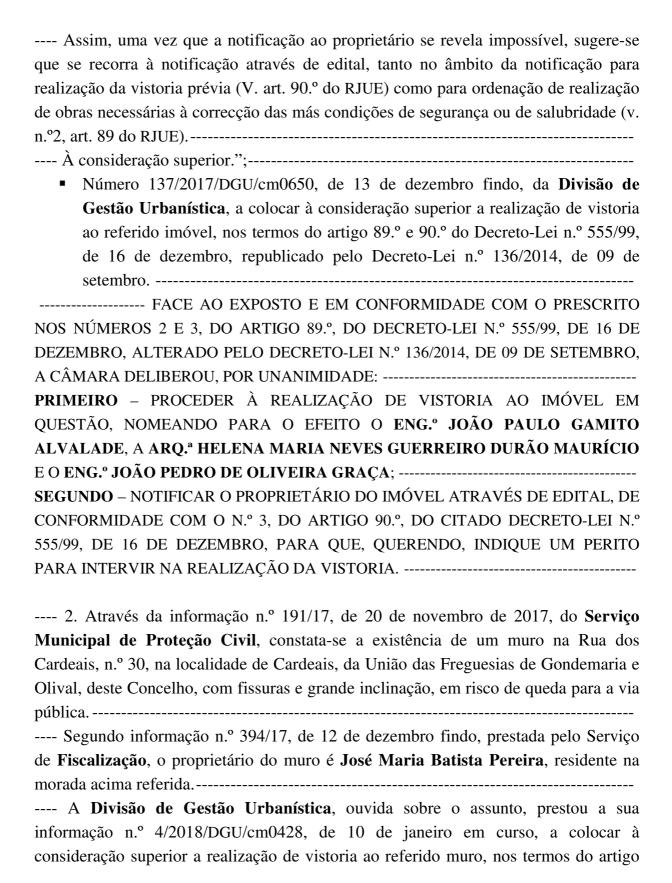




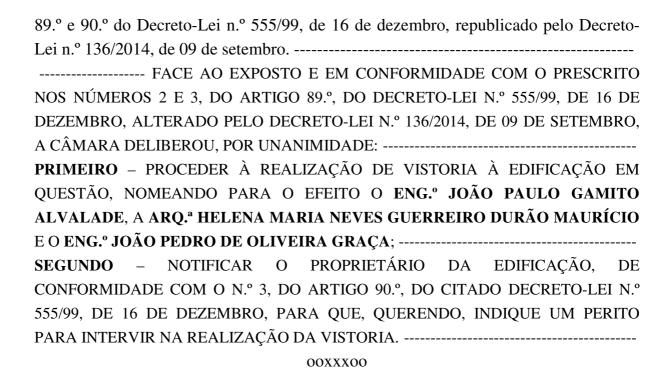












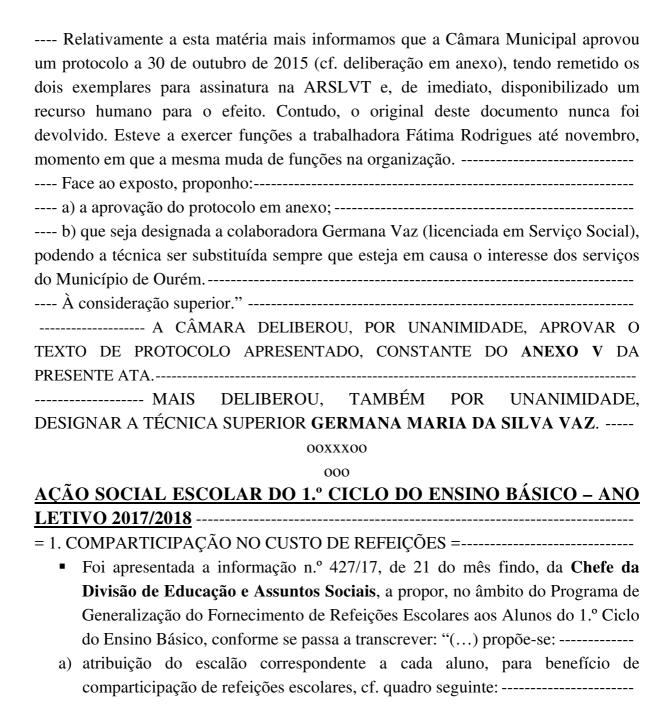
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DE LISBOA E VALE DO TEJO -----

000

= PROPOSTA DE PROTOCOLO = ------

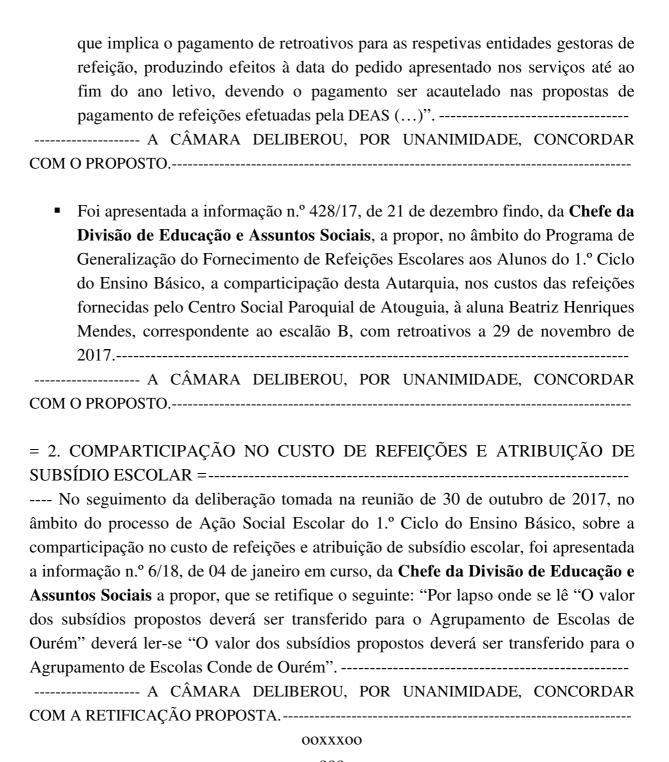
---- Relativamente ao assunto acima designado, a Chefe da Divisão de Educação e Assuntos Sociais prestou a sua informação n.º 425/17, de 20 de dezembro findo, que na presente reunião foi apreciada e que a seguir se reproduz na íntegra: "No âmbito da "constituição de uma equipa multidisciplinar com o objetivo de assegurar a prestação de cuidados de enfermagem, médicos, fisioterapia, apoio psicossocial e ocupacional, educação para a saúde e aos doentes, familiares e cuidadores, apoio na satisfação de necessidades básicas, apoio ao desempenho das atividades da vida diária e coordenação e gestão de casos com outros recursos de saúde e sociais", a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP - Agrupamento de Centro de Saúde de Médio Tejo, mais conhecido por ACES Médio Tejo, está a propor a celebração de um protocolo com o Município de Ourém no sentido da Edilidade ceder o recurso humano licenciado em Serviço Social, para integrar a Equipa de Cuidados Continuados Integrados na Unidade de Cuidados na Comunidade de Ourém. ---- No entanto, ressalvando-se a necessidade de haver flexibilidade no horário previsto na cláusula 3ª, em função das necessidades do serviço do Município de Ourém. -----





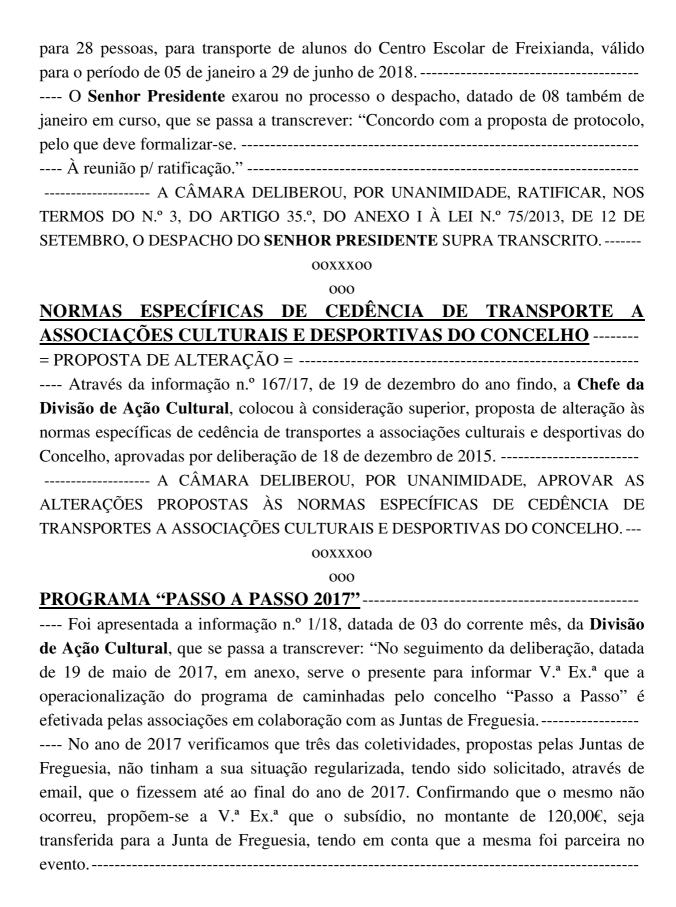
					Proposta
			Entidade que presta refeição	Data do	de
Nº	Aluno	Estabelecimento Escolar	escolar	pedido	escalão
1	Afonso Miguel Ferreira	EB1 Mata	Ourémviva EM.SA	10.10.2017	В
		Centro Escolar Na Sra. das			
2	Filipe Miguel Moreira Soares	Misericórdias	Centro Social Espirito Santo	07.11.2017	В
		Centro Escolar Na Sra. das			
3	Martim Moreira Soares	Misericórdias	Centro Social Espirito Santo	07.11.2017	В

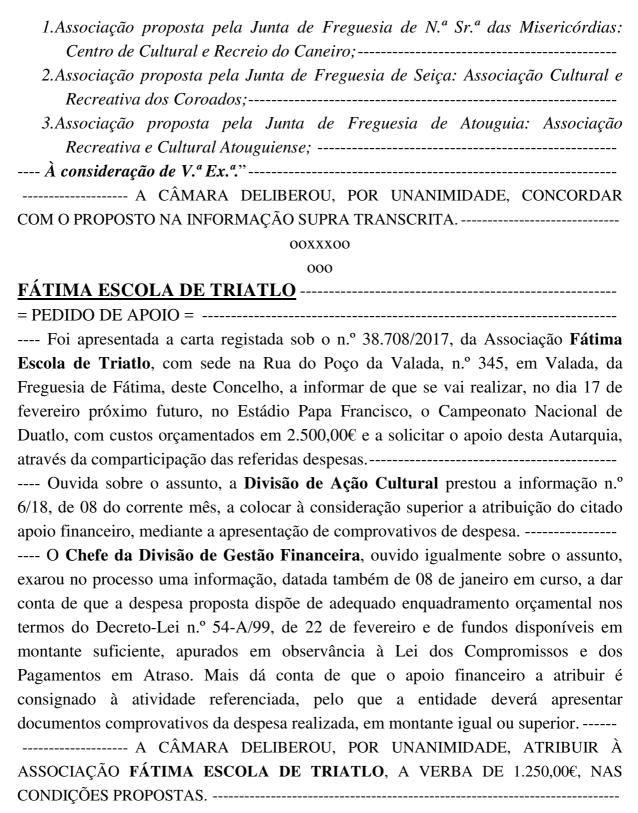
b) que se proceda à regularização do pagamento do valor das refeições, no âmbito do Programa de Generalização das Refeições do 1º Ciclo do Ensino Básico, o



PROTOCOLO COM O CENTRO SOCIAL DA RIBEIRA DO FÁRRIO ---

---- Através da informação n.º 10/18, datada de 05 do corrente mês, a **Divisão de Educação e Assuntos Sociais**, colocou à consideração superior o texto de protocolo a celebrar com o **Centro Social da Ribeira do Fárrio**, referente à cedência, a este Município, de um mini-autocarro de transporte pesados de passageiros, com lotação

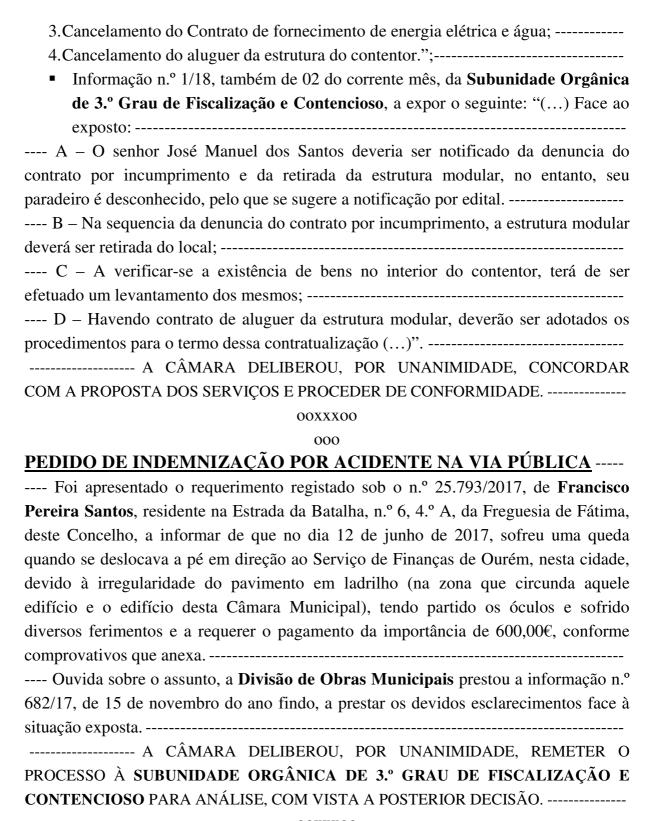






INTEGRAÇÃO HABITACIONAL - CONTRATO DE CEDÊNCIA E OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA DE ESTRUTURA MODULAR -----= DENUNCIA DO CONTRATO =---------- A 11 de julho de 2012, a Câmara celebrou, com José Manuel dos Santos, contrato de cedência e ocupação temporária de uma estrutura modular instalada na localidade de Carregal, da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, deste Concelho, com um período de vigência de seis meses, renovável por igual período, mediante o pagamento de uma mensalidade de 100,00€. --------- Nesta reunião foram apresentadas as informações, que se passam a especificar:----Informação n.º 1/18, de 02 de janeiro em curso, do **Património e Notariado**, a dar conta do seguinte: "No seguimento da deliberação tomada por unanimidade na reunião de 19 de junho de 2012, foi assinado a 11 de julho de 2012 Contrato de Cedência e Ocupação Temporária da estrutura modelar "Contentor" localizado no Carregal com o Sr. José Manuel dos Santos, destinada a fins habitacionais.--------- Nos termos da cláusula terceira do Contrato de Cedência, O Sr. José obrigavase ao pagamento de uma mensalidade no valor de 81,30€ acrescido de IVA de modo a minimizar os custos da estrutura modular com os consumos de energia elétrica e água. O pagamento da mensalidade era coordenado pela Divisão de Educação e Assuntos Socias, após a emissão da fatura pelo Serviço de Património. ---- Dada a circunstância descrita no paragrafo anterior, cumpre-me informar que o Sr. José não procedeu ao pagamento das faturas de cedência do contentor inerente ao período de janeiro a dezembro de 2017. --------- Importa informar que o aluguer do referido equipamento suportado pelo Município à entidade Vendap Loc, Lda, importa mensalmente em 195,00€ acrescido de IVA. -------- Cumulativamente à despesa suportada pelo aluguer do equipamento, o Município suporta a despesa inerente ao fornecimento de energia elétrica e água.--------- Face aos custos associados ao referido Contentor, fui recentemente confrontado com a necessidade dos mesmos, dado que a família do Sr. José Manuel dos Santos, já não habita no "Contentor". ---------- Face ao exposto, deixo à consideração superior a decisão a tomar no que concerne à: -----1. Regularização das faturas em divida, pela ocupação temporária da estrutura modelar, designada por Contentor; ------2. Denuncia do Contrato de Cedência de Ocupação Temporária ao Sr. José Manuel dos Santos; ------



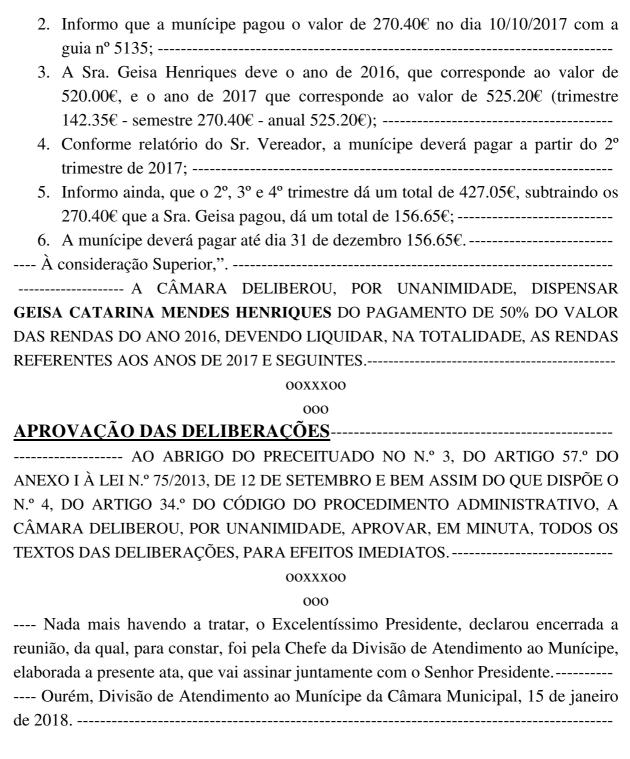




RESERVATÓRIO PÚBLICO DE ÁGUA EM SÃO GENS--------- Relativamente ao assunto acima mencionado, foi apreciada a informação n.º 2/18, datada de 10 de janeiro corrente, do Dirigente da Subunidade Orgânica de 3.º Grau de Fiscalização e Contencioso, que se passa a transcrever: "Em 28 de maio de 2012 foi celebrada escritura pública de direito de superfície, que se anexa, a favor do Município de um prédio rústico para a construção de um reservatório público de água na Quinta de S.Gens, no lugar de Fonte Catarina, freguesia de N.2 Sr.a das Misericórdias. --------- No âmbito do direito de superfície e por solicitação do representante da Quinta de S. Gens, realizou-se reunião com representantes do Município e da BEWater, em 13 de julho de 2017, onde ficaram estabelecidas contrapartidas, devendo ser realizado um acordo entre as partes, nos termos da informação da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade. ---------- Nesse sentido, elaborou-se a proposta de protocolo que se junta, já aprovado pela BEWater, que deverá ser também aprovado pela Câmara Municipal. ---------- Após aprovação do protocolo e de acordo com a solicitação do mandatário da Quinta de S.Gens, será alterada a escritura de constituição do direito de superfície, nos termos das cláusulas do protocolo. ---------- À consideração superior". ----------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR OS TERMOS DO PROTOCOLO PROPOSTO, CONSTANTE DO ANEXO VI DA PRESENTE OOXXXOO 000 MERCADO MUNICIPAL MANUEL PRAZERES DURÃO--------- Foi apresentado o relatório de atendimento n.º 5/2017, datado de 22 de novembro transato, de Geisa Catarina Mendes Henriques (residente na EN 356, n.º 12, em Vale Travesso, da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, deste Concelho), vendedora no Mercado Municipal Manuel Prazeres Durão, nesta cidade, com cartão de feirante n.º 1455, a solicitar a dispensa do pagamento das taxas de terrado em atraso, em virtude do seu local de venda estar constantemente inundado, conforme fez saber através de reclamações. -----Ouvida sobre o assunto, a Subunidade Orgânica de 3.º Grau de Licenciamentos não Urbanísticos, prestou a sua informação n. 148/17, de 04 de dezembro findo, que a seguir se transcreve: "1. Na sequência do relatório de

atendimento do Sr. Vereador Rui Vital, datado a 22/11/2017; -----





O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,



ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 15/01/2018

= PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" – ARTIGO 52.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

1. PRESIDÊNCIA

1.1. COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- = Da aprovação dos projetos de licenças para construção, reedificação ou conservação sobre os quais despachou em conformidade com a delegação de competências, efetuada em reunião de 2017.10.30;
- = Da aprovação de licenças em processos com competência delegada ao abrigo do n.º 1, do artigo 34.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- = Pagamentos;
- = Aprovação de ata Reunião de Câmara de 02 de janeiro de 2018.

1.2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

- = "Rotas Culturais da Europa" Informação n.º 3/17, datada de 21 de dezembro de 2017, do Senhor Vereador Natálio de Oliveira Reis;
- = Instalação de uma incubadora de empresas "Startup Ourém" Proposta de protocolo Informação n.º 7/17, datada de 27 de dezembro de 2017, do Senhor Vereador Natálio de Oliveira Reis;
- = Associação de Municípios do Vale do Tejo Informação n.º 1/18, de 08 de janeiro em curso, do Senhor Adjunto Luís Serras de Sousa;
- = Santuários da Europa Carta, datada der 27 de dezembro de 2017, do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mariazell (Áustria).

1.3. SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

- = Dispositivo Especial de Combate Incêndios Florestais 2017 Subsídio de refeição Informação n.º 145/17, datada de 14 de dezembro de 2017, do Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC);
- = Comissão Municipal de proteção Civil Designação de representante de Junta de Freguesia na comissão Informação n.º 1/18, de 02 do corrente mês, do SMPC;
- = Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Concelho Proposta de continuidade de apoio financeira Informação n.º 5/18, de 03 de janeiro em curso, do SMPC; = Autorização prévia para ações de (re)arborização:
 - 1. Carta registada sob o n.º 39.091/2017, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Maria Helena Ribeiro de Sousa Henriques;
 - 2. Carta registada sob o n.º 39.092/2017, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de António das Neves Canuto;
 - 3. Carta registada sob o n.º 39.093/2017, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Luís Manuel Rodrigues Antunes;
 - 4. Carta registada sob o n.º 39.094/2017, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Francisco Rodrigues Pereira:
 - 5. Carta registada sob o n.º 39.412/2017, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Carlos Manuel Dias Gameiro;
 - 6. Carta registada sob o n.º 39.414/2017, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Carlos Manuel Dias Gameiro.



2. DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE

= Contratos Emprego-Inserção (CEI) – Informação n.º 1/18, de 04 de janeiro em curso, da Chefe da Divisão Atendimento ao Munícipe.

3. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

= Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município referentes ao ano económico de 2016 – Recomendação – Ofício n.º 39.946/2017, de 18 de dezembro transato, do Tribunal de Contas.

3.1. PATRIMÓNIO

- = Alienação da tenda tipo "Iglo" (20mx50m) de cor branca Proposta n.º 1/2018, de 05 de janeiro em curso, do Senhor Presidente da Câmara;
- = Cafetaria "Arte Caffé" Carta registada sob o n.º 39.150/2017, da firma Silva, Assis & Mendes, Limitada.

4. DIVISÃO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

- = Tarifa de resíduos sólidos urbanos Pedido de atribuição de tarifa para famílias numerosas
- Requerimento registado sob o n.º 36.472/2017, Marcos Roberto Martins Sanches.

5. DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

- = Pedido de parecer prévio não vinculativo Requerimento registado sob o n.º 134/2017, da empresa C.T.T. Correios de Portugal, S.A., instruído com a informação n.º 55/2017/DGU/cm0579, de 20 de dezembro findo, da Divisão de Gestão Urbanística (DGU).
- = Licenciamentos de obras particulares:
 - 1. Processo registado sob o n.º 2143/2008, de Manuel de Oliveira Ribeiro, instruído com a informação n.º 236/2017/DGU/cm0428, de 18 de dezembro findo da DGU;
 - 2. Processo registado sob o n.º 61/2015, de Hélder Manuel Vieira Duarte, instruído com a informação datada de 21 de dezembro findo, da Chefe da DGU;
 - 3. Requerimento registado sob o n.º 2173/2017, da Liga dos Amigos da Secção de Bombeiros de Freixianda, instruído com a informação n.º 26/2017/DGU/cm495, de 12 de dezembro findo, da DGU;
- = Beneficiação/Demolição de Edificação Segurança e Salubridade Pública:
 - 1. Imóvel em mau estado Informação n.º 137/2017/DGU/cm0650, de 13 de dezembro findo da DGU;
 - 2. Muro em ruínas Informação n.º 7/2018/DGU/cm0428, de 10 de janeiro em curso, da DGU

6. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E ASSUNTOS SOCIAIS

- = Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. Agrupamento de Centros de Saúde do Médio Tejo Proposta de protocolo Informação n.º 425/17, datada de 20 de dezembro de 2017, da Chefe da Divisão de Educação e Assuntos Sociais (DEAS);
- = Ação Social Escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico:
 - 1. Comparticipação no custo de refeições:
 - Informação n.º 427/17, de 21 de dezembro de 2017, da Chefe da DEAS;
 - Informação n.º 428/17, de 21 de dezembro de 2017, da Chefe da DEAS;
 - 2. Comparticipação no custo de refeições e atribuição de subsídio escolar Informação n.º 6/18, de 04 de janeiro em curso, da Chefe da DEAS;
- = Protocolo com o Centro Social da Ribeira do Fárrio Informação n.º 10/18, de 05 do corrente mês, da DEAS.



7. DIVISÃO DE AÇÃO CULTURAL

- = Norma específicas de cedência de transporte a associações culturais e desportivas do Município de Ourém Proposta de alteração Informação n.º 167/17, de 19 de dezembro do ano findo, da Chefe da Divisão de Ação Cultural (DAC);
- = Programa "Passo a Passo 2017" Informação n.º 1/18, de 03 de janeiro em curso, da DAC;
- = Fátima Escola de Triatlo Pedido de apoio Carta registada sob o n.º 38.708/2017, daquela associação.

8. SUBUNIDADE ORGÂNICA DE 3.º GRAU DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO

- = Integração habitacional Contrato de cedência e ocupação temporária de estrutura modular Informação n.º 1/18, de 02 do corrente mês, da Subunidade Orgânica de 3.º Grau de
- Fiscalização e Contencioso (SOFC);
- = Pedido de indemnização por acidente na via pública Requerimento registado sob o n.º 25.793/2017, de Francisco Pereira dos Santos;
- = Reservatório público de água em São Gens Informação n.º 2/18, datada de 10 de janeiro corrente, do Dirigente da SOFC.

9. SUBUNIDADE ORGÂNICA DE 3.º GRAU DE LICENCIAMENTOS NÃO URBANÍSTICOS

= Mercado Municipal Manuel Prazeres Durão – Relatório de atendimento n.º 5/17, de 22 de novembro de 2017, subscrito pelo Senhor Vereador Rui Manuel Simões Vital, instruído com a informação n.º 148/17, de 04 de dezembro transato, da Subunidade Orgânica de 3.º Grau de Licenciamentos Não Urbanísticos (LNU).

Câmara Municipal de Ourém, 10 de janeiro de 2018

O Presidente da Câmara

Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque



DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

Processos deferidos por despacho dos Exmos. Presidente e Vereadores, 02-01-2018 a 12-01-2018

Processo nº	Requerente	Local
2037/2017	José Nazário Antunes	Portinho – Freguesia de Gondemaria e Olival
2240/2017	Manuel Lopes Bastos	Carvalhal de Cima - Freguesia de Rio de Couros e Casal dos Bernardos

Ourém, 15 de janeiro de 2018

A Assistente Técnica de Apoio Administrativo da DGU



DIREÇÃO INTERMÉDIA 3º GRAU DE LICENCIAMENTOS NÃO URBANÍSTICOS Processos deferidos por despacho do Ex.mo Presidente e/ou Vereador, de 02/01/2018 a 12/01/2018

Número Entrada	Requerente	Tipo de Licenciamento
22692	Rodoviária do Lis	Alteração de sinalética publicitária
598	Eduardo Luís Ferreira da Ponte	Alteração de Titularidade de O.E.P
35467	Marisa Catarina Ferreira de Sá	Averbamento no Alvará O.E.
22462	José Alves Costa	Concessão Terreno no Cemitério
522	Maria Amélia de Jesus Henriques	Inumação de cadáver
521	Maria do Rosário Lopes da Luz	Inumação de cadáver
39087	Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de Fátima	Licença Especial de Ruído
39638	Péscola – Assoc. C. R. e Desp. Soutaria	Licença Especial de Ruído
978	Fábrica da Igreja P. de urqueira	Licença Especial de Ruído
39153	Condomínio da Rua da Olaria	Pedido de inspeção periódica
40072	Faturbe lda	Pedido de inspeção periódica
40073	Condomínio Edif. Ant. P. Afonso	Pedido de inspeção periódica
39574	Diamantino Mateus da Silva	Pedido de inspeção periódica
297	TMG – Residência para Seniores, lda	Pedido de inspeção periódica
299	TMG – Residência para Seniores, lda	Pedido de inspeção periódica

Ourém, 15 de janeiro 2018 Jacinto Costa

(Dirigente de Direção Intermédia da Unidade 3.º Grau de Licenciamentos Não Urbanísticos, Despacho 32/2017, de 2017/abril/07)



Protocolo de Colaboração entre o Município de Ourém

e a

NERSANT- Associação Empresarial da Região de Santarém

Considerando que:

- 1. No contexto socioeconómico atual do país, e em concreto no Concelho de Ourém, o apoio à atividade empresarial e empreendedorismo mostra-se essencial à revitalização, crescimento do tecido empresarial local e criação de emprego, orientando a captação de novos investimentos;
- 2. O Município de Ourém pretende reforçar o seu papel no apoio aos agentes económicos do Concelho, e aos que nele se pretendam instalar, facilitando-lhes toda a colaboração de forma a assegurar o desenvolvimento crescente e sustentado dos seus projetos numa fase inicial, contribuindo assim positivamente para o fortalecimento socioeconómico do Concelho;
- 3. O Município de Ourém pretende a prossecução deste obietivo estreitando relações com Associações Empresarias regionais com conhecimento da realidade empresarial local e com elevada capacidade técnica e operacional;
- 4. A NERSANT Associação Empresarial da Região de Santarém é uma associação empresarial sem fins lucrativos, que tem como missão promover o desenvolvimento económico da região, estimular o desenvolvimento das atividades económicas, a iniciativa privada e o desenvolvimento económico, nomeadamente através do apoio ao empreendedorismo, onde se tem notabilizado pela relevância da sua atividade;
- 5. No âmbito do exercício da sua atividade, a NERSANT assume-se como entidade interventora do desenvolvimento regional, no sentido da melhoria da envolvente empresarial da Região e do reforço da competitividade regional;
- 6. A atividade da NERSANT está alinhada com os obietivos do Município, sendo um parceiro da maior relevância para a concretização de um Concelho com tecido empresarial dinâmico;

Assim, entre:
O Município de Ourém, pessoa coletiva n º, com sede, Ourém, neste ato
representado pelo seu Presidente,, com poderes para o ato, doravante designada por
MUNICÍPIO,

A Nersant - Associação Empresarial da Região de Santarém, pessoa coletiva n ° 502280280, com sede em Várzea de Mesiões, Torres Novas, neste ato representada pela Presidente da Direção, Maria Salomé da Conceição Rafael, com poderes para o ato e doravante também designada por NERSANT,



É celebrado o presente protocolo, que os signatários afirmam ser do seu mútuo interesse, terem o firme propósito de o desenvolver e concretizar e que o aceitam sem reservas, sendo que este se rege pelas disposições das seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira

Obieto

O Município e a Nersant acordam estabelecer entre si uma parceria tendo em vista a cooperação e o apoio mútuo, no quadro das funções e competências específicas de cada entidade, nomeadamente, no apoio aos agentes económicos e, em particular, na atracão e instalação de novos projetos empresariais no Concelho, através da criação e dinamização da Startup Ourém.

Cláusula Segunda

Âmbito de Colaboração

- 1. A Startup Ourém tem como funções, entre outras:
 - Dinamizar o Empreendedorismo através do apoio a empreendedores que queiram criar a sua empresa e do desenvolvimento de iniciativas nas Escolas do Concelho para promover uma cultura empreendedora;
 - Prestar aconselhamento a apoio técnico aos empreendedores e às empresas do concelho de Ourém nas mais diversas áreas;
 - Disponibilizar espaço para a instalação de empresas recém constituídas ou em fase de desenvolvimento em condições a definir em regulamento específico;
 - Criar um canal facilitado para processos de licenciamento de cariz empresarial;
 - Desenvolver ações para atração de novos investidores, em particular investimento externo;
- 2. O Município encaminhará para a Nersant os novos projetos empresariais que pretendam fazer uma primeira instalação, bem como aqueles que pretendam expandir a sua atividade;
- 3. A Nersant disponibilizará as suas equipas técnicas para apoiar todos os empreendedores do Concelho que o solicitem;
- 4. O Município e a Nersant poderão ainda estudar e fixar, em conjunto, outras formas de colaboração no âmbito do presente protocolo:

Cláusula Terceira

Instalações

1. O Município cederá o espaço apropriado ao obietivo deste Protocolo no ex- Edifício do CRIO, sito no ______, melhor identificado na planta que constitui anexo único ao presente documento e que dele faz parte integrante, e que constituirão as instalações da Startup Ourém;



- 2. A Nersant deslocará os serviços do Núcleo Nersant de Ourém das suas atuais instalações e centrará toda a sua atividade de apoio ao tecido empresarial do Concelho de Ourém, nas acima mencionadas instalações da Startup Ourém.
- 3. O referido espaço contemplará salas para a instalação e funcionamento do Núcleo Nersant de Ourém, bem como salas para a instalação de empresas recém-constituídas ou em vias de expansão, em condições a definir em regulamento específico.

Cláusula Quarta

Responsabilidades e Obrigações

- 1. As instalações acima descritas necessitam de obras de conservação, melhoria e adaptação às novas utilizações nas condições abaixo referidas, pelo que o Município compromete-se a:
 - a. Assumir a realização das obras necessárias para que as instalações descritas fiquem completamente funcionais e ajustadas aos objetivos da sua utilização;
 - b. O projeto de obras a realizar será de acordo com as necessidades indicadas pela Nersant para um correto funcionamento da Startup Ourém;
 - c. Autorizar a Nersant a gerir o espaço obieto do presente protocolo, durante a respetiva vigência, nomeadamente através da cedência onerosa de espaços a empresas que ali se pretendam instalar nos termos do número 3 da cláusula anterior;
- 2. Todas as obras e benfeitorias a realizar no imóvel ficarão a fazer parte integrante do mesmo, não havendo lugar a qualquer indemnização ou direito de retenção sobre as mesmas, aquando da cessação do presente protocolo;
- 3. Os custos gerais de utilização e funcionamento do espaço da Startup Ourém, nomeadamente os de água, eletricidade e telecomunicações ficam a cargo da Nersant, a partir do sétimo mês de utilização do espaço;
- 4. A NERSANT compromete-se ainda a:
 - i Apoiar tecnicamente o desenvolvimento de novas ideias de negócio;
 - ii Disponibilizar recursos técnicos para apoiar a implementação de empresas no mercado, de forma a garantir o seu crescimento sustentável nos primeiros anos de atividade:
 - iii Realizar ações de informação e prestar apoio técnico diversificado às empresas instaladas, com vista à superação de necessidades sentidas;
 - iv Disseminar junto das empresas existentes ou a criar, ideias de negócio que visem promover o investimento no Concelho;
 - V Estruturar possíveis candidaturas conjuntas no âmbito do Quadro Comunitário –
 Portugal 2020;



- vi Realizar ações de formação para colaboradores das empresas do Concelho, de acordo com as necessidades destas e dentro das que se encontram disponíveis no seu Plano de Formação;
- vii Disponibilizar elementos da sua equipa técnica para atendimento personalizado a todos os empreendedores do Concelho que assim o pretendam;
- viii Manter o Município informado sobre a evolução de todos os processos acompanhados, através do acesso a uma plataforma de gestão da informação e da realização de reuniões regulares entre as respetivas equipas técnicas;
- ix Coordenação para o desenvolvimento de iniciativas conjuntas, nomeadamente eventos e projetos;

Cláusula Quinta

Vigência

A cedência, por parte do Município, das instalações identificadas no anexo a este protocolo terá inicio na data da sua assinatura, e terá a vigência de 5 (cinco) anos, renováveis automaticamente por iguais período, salvo se for denunciado por parte do Município com 1 (um) ano de antecedência à data da renovação.

Cláusula Sexta

Disposição Final

- 1. As partes deverão estabelecer e formalizar os acordos necessários à concretização, efetiva e cabal, do previsto no presente protocolo.
- 2. O presente protocolo foi aprovado pela Câmara Municipal de Ourém em reunião ordinária de _____ de _____ de 2018.

O presente protocolo será redigido em duplicado, ficando um original para cada uma das partes, fazendo ambos, igualmente, fé.

Jurém ans	dias do mês de s	do ano de dois mil e dezoito

Pelo Município

O Presidente da Câmara Municipal de Ourém

(Luis Albuquerque)

Pela Nersant

A Presidente da Direção

(Maria Salomé da Conceição Rafael)



PROTOCOLO

Entre:

O **Município de Ourém**, com sede na Praça D. Maria II, nº 1, em Ourém, pessoa coletiva número 501 280 740, representada pelo Senhor Presidente de Câmara, Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque, com poderes para o efeito, adiante designada por 1.º outorgante;

е

A Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P – Agrupamento de Centros de Saúde do Médio Tejo, com sede na Avenida Estados Unidos da América, nº 77, em Lisboa, pessoa coletiva número 503 148 779, representada pelo Senhor Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P, Luís Pisco, com poderes para o efeito, adiante designada por 2.º outorgante,

Considerando que:

- a) Funciona no Centro de Saúde de Ourém, nomeadamente na Unidade de Cuidados na Comunidade, uma Equipa de Cuidados Continuados Integrados (ECCI), a qual deverá ser constituída por uma equipa multidisciplinar com o objetivo de assegurar a prestação de cuidados de enfermagem, médicos, fisioterapia, apoio psicossocial e ocupacional, educação para a saúde aos doentes, familiares e cuidadores, apoio na satisfação de necessidades básicas, apoio no desempenho das atividades da vida diária e coordenação e gestão de casos com outros recursos de saúde e sociais;
- A Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P., adquiriu horas para prestação de serviços de serviço social e psicologia, na ECCI de Ourém, até 31 de Dezembro de 2013, não tendo este contrato sido renovado nem celebrado nenhum outro;
- c) A ECCI de Ourém mantém em 2015 a necessidade de integrar na sua equipa multidisciplinar um técnico licenciado em Serviço Social, adiante designado por profissional;
- d) Nos termos do art.º 27.º do Decreto-Lei n.º 101/2006, de 06 de Junho, a ECCI "apoia-se nos recursos locais disponíveis, no âmbito de cada centro de saúde, conjugados com o serviços comunitários, nomeadamente as autarquias locais";
- e) O Município de Ourém é parceiro da UCC nos termos do Decreto-Lei n.º 101/2006, de 06 de Junho;



f) O Município de Ourém tem competências em matérias de saúde nos termos da alínea g) do n.º 2 do art.º 23.º e alínea v) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Decidem celebrar o presente protocolo de cooperação que se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª

(Objeto)

O presente protocolo tem como objeto a colaboração entre o Município de Ourém e a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P., na afetação de um recurso humano necessário à prestação de cuidados de apoio psicossocial dos utentes, familiares e cuidadores, seguidos pela Equipa de Cuidados Continuados Integrados de Ourém (ECCI de Ourém).

CLÁUSULA 2.ª

(Âmbito)

O 1º outorgante obriga-se a disponibilizar ao 2º outorgante os serviços de um profissional, devidamente habilitado na área de licenciatura em Serviço Social para desempenho de funções e integração na equipa multidisciplinar da ECCI de Ourém, no âmbito deste protocolo de parceria, que exercerá funções dentro do seu horário normal de trabalho.

CLÁUSULA 3.ª

(Horário)

- 1 O profissional cedido pela Câmara Municipal de Ourém exercerá a sua atividade na
 ECCI de Ourém, num período de sete horas semanais, no seguinte horário:
 - a) Todas as terças-feiras úteis, das 16hh00-18h00;
 - b) Todas as quartas-feiras úteis, das 09h00-12h30;
 - c) Todas as quintas feiras, das 14h30 às 16h00, de quinze em quinze dias.
- 2 Caso seja necessário alterar este horário, por conveniência de serviço, um profissional responsável pela ECCI de Ourém deverá, com antecedência de 48 horas, avisar por email a Câmara Municipal de Ourém, a fim de obter a sua concordância.
- 3-O 1° outorgante, poderá ainda alterar o horário de afetação do profissional, em função da necessidade do seu serviço de origem.



CLÁUSULA 4.ª

(Local)

- 1 Este profissional irá exercer a sua atividade na sede ECCI de Ourém, sita no Centro de Saúde de Ourém, a Rua Dr. Armando Henrique Reis Vieira, sendo que a maioria do seu trabalho será desenvolvido em visitas ao domicílio dos utentes admitidos da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), da área geográfica da ECCI de Ourém.
- 2 O profissional cedido poderá ainda executar atividades relacionadas com o trabalho desenvolvido na ECCI de Ourém, que não exijam a sua presença física na sede daquela ECCI, no seu domicílio profissional, se necessário, isto é, na sede do 1º outorgante.

CLÁUSULA 5.ª

(Deveres)

- 1 São obrigações do 1º outorgante:
 - a) Exercer o poder de direção e disciplinar sob o profissional cedido;
 - b) Proceder ao processamento e pagamento da remuneração deste profissional;
 - c) Indemnizar o profissional por eventuais acidentes de trabalho que ocorram no âmbito da atividade desenvolvida na ECCI de Ourém;
 - d) Quando previsíveis, o 1º outorgante deverá comunicar ao 2º outorgante, com a antecedência de 48 horas, as ausências do profissional cedido ao serviço desenvolvido na ECCI de Ourém.
- 2 São obrigações do 2º outorgante:
 - a) Respeitar e tratar com urbanidade e probidade o profissional cedido;
 - b) Proporcionar ao profissional, boas condições de trabalho, tanto do ponto de vista físico como moral;
 - c) Assegurar o transporte do profissional desde a sede da ECCI de Ourém, aos domicílios dos utentes;
 - d) Respeitar a sua autonomia técnica, fornecendo-lhe todas as informações e orientações técnicas necessárias ao cumprimento dos objetivos e do plano terapêutico dos utentes e familiares referenciados para a ECCI de Ourém;
 - e) Controlar a assiduidade do profissional cedido, disso informando o 1º outorgante, até ao 5º primeiro dia útil do início de cada mês.



CLÁUSULA 6.ª

(Funções)

O profissional integrado na ECCI de Ourém exercerá as seguintes atividades:

- a) Prestar cuidados de serviço social aos utentes, familiares ou terceiros prestadores de cuidados, seguindo as orientações da ECCI e RNCCI;
- Ser "gestor de caso" sempre que a situação clínica exija uma maior intervenção da área de serviço social;
- c) Realizar visitas domiciliárias, no contexto da prestação de cuidados, de forma autónoma;
- d) Informar o assistente técnico em funções na ECCI de Ourém, das visitas domiciliares realizadas, para que este possa fazer o Registo Administrativo de Contacto (RAC);
- e) Fazer avaliação de utentes respeitando o preconizado na RNCCI;
- f) Sempre que necessário encaminhar os utentes para outros recursos sociais que se afigurem necessários;
- g) Elaborar a estatística mensal com o registo dos utentes atendidos, até aos cinco primeiros dias úteis de cada mês;
- h) Estar presente e participar nas reuniões multidisciplinares a realizar quinzenalmente, todas as quintas feiras na sede da ECCI de Ourém.

CLÁUSULA 7.ª

(Foro)

Para dirimir qualquer questão ou litígio emergente do presente protocolo é competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

CLÁUSULA 8.ª

(Comunicações)

As comunicações, incluindo notificações decorrentes do cumprimento, interpretação ou qualquer outra situação relacionada com o presente protocolo, deverão ser enviadas para as moradas constantes do mesmo, dando conhecimento à Direção do Agrupamento de Centros de Saúde Médio Tejo, sedeada na Rua Dr. Rivotti, Riachos, 2350-365 Torres Novas.

CLÁUSULA 9.ª

Em tudo o que não estiver mencionado no presente protocolo aplica-se supletivamente o disposto na lei geral em vigor.



CLÁUSULA 10.ª

(Vigência)

O presente protocolo é válido por um ano, a contar de 01 de novembro de 2015, considerando-se automaticamente renovado por períodos iguais e sucessivos, salvo se alguma das partes o denunciar por escrito, com antecedência mínima de 30 dias, relativamente à data da sua renovação.

Pelo primeiro outorgante e pelo segundo outorgante, foi declarado que aceitam o protocolo com todas as cláusulas e obrigações e comprometem-se a executá-lo.

O presente protocolo é constituído por cinco folhas, numeradas e rubricadas pelos

representantes das partes, e é feito em duplicado, ficando um exemplar em poder de cada uma das partes.

Ourém, ______ 2018

Pelo Município de Ourém

O Presidente da Câmara Municipal

Pela Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P – Agrupamento de Centros de Saúde de Médio Tejo

Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque

O Presidente do Conselho Diretivo
Luís Pisco



Protocolo

Considerando que no dia 28 de maio de 2012, no notário privativo da Câmara Municipal de Ourém, foi celebrada escritura pública de direito de superfície a favor do Município sobre o prédio rústico identificado na escritura, que se destinou à construção de um reservatório de abastecimento público de água e à área de proteção dos reservatórios novo e antigo;

Considerando a reunião ocorrida entre os representantes do proprietário do terreno, do Município e da concessionária do abastecimento público de água (BE Water), onde ficou aprovado que as partes iriam formalizar a aprovação das contrapartidas negociadas para a implantação e manutenção do reservatório, no prédio acima referido, cedido ao Município em direito de superfície

Entre

Município de Ourém, pessoa coletiva n.º 501280740, representada pelo presidente da Câmara Municipal, Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque, com **primeiro** outorgante;

Agro - Quinta de S. Gens, pessoa coletiva n.º 506201597 com sede em na Quinta de S. Gens, em Fonte Catarina, freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias — Ourém, representada por Susana Margarida Reis Pinheiro, divorciada, natural da freguesia de Fátima, concelho de Ourém, residente na Rua Dr. Joaquim Francisco Alves - Ourém, como segundo outorgante

Be Water, pessoa coletiva n.º 502646802 representada no âmbito dos assuntos associados ao Plano de Investimentos integrante nas obrigações do 2.º Aditamento ao Contrato de Concessão, por José Manuel Gomes Henriques dos Santos, casado, natural de Moçambique e com residência profissional na Rua Dr. Carlos Vaz de Faria e Almeida, n.º 21, Ourém, como **terceiro outorgante**

É celebrado o presente protocolo nos termos e de acordo com as cláusulas seguintes:

1.a

O presente protocolo tem como objeto a formalização das contrapartidas negociadas na reunião ocorrida a 13 de julho de 2017, sobre a instalação de um reservatório de abastecimento público de água no prédio acima referido, cedido em direito de superfície, que deverão ser aprovadas pelos três outorgantes e adicionadas à escritura pública do direito de superfície.



2.a

Compete ao primeiro outorgante:

- a) Proceder à limpeza e manutenção do caminho de acesso desde o sopé do monte até ao miradouro a construir pela Câmara à sua custa, com nivelamento do piso e corte dos vegetais nas bermas, pelo menos duas vezes por ano, durante o período de vigência do direito de superfície;
- b) Isentar de todas as taxas de resíduos sólidos urbanos ou quaisquer outros que venham a ser exigidos, por todo o tempo em que vigorar o direito de superfície.

3.a

Compete ao terceiro outorgante:

Isentar do pagamento do preço da água e de todas as taxas associadas ao fornecimento de água à quinta de S. Gens, até a um volume de 50m3 mensais e por todo o período de tempo em que vigorar o direito de superfície.

4.a

Após aprovação do presente protocolo será alterada a escritura da constituição do direito de superfície que incidiu sobre o prédio onde se situa o reservatório, na qual constarão as contrapartidas negociadas e aprovadas entre as partes.

ANEXO- escritura pública de cedência gratuita de direito de superfície, celebrada a 28 de maio de 2012

Ourém, __ de janeiro de 2018

O primeiro outorgante

O segundo outorgante

O terceiro outorgante